



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0009148-40.2010.8.26.0566/01**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Ronaldo Aparecido Morena Perea e outro**
 Requerido: **Alberto Hideki Riu**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de impugnação ao cumprimento de sentença promovida por **ALBERTO HIDEKI RIU** em face de **LILIAN CHRISTIAN PERENCINI PEREA**.

O impugnante pede a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a suspensão da execução e a declaração de sua inexigibilidade.

A impugnada, por sua vez, alega que não houve garantia do juízo e que devem ser tratados apenas os assuntos concernentes ao artigo 475-L, do Código de Processo Civil.

Sobreveio manifestação do impugnante, dizendo que pediu a suspensão do cumprimento de sentença, pois não tem quaisquer recursos financeiros.

Por fim, foi determinado que se aguardasse o trânsito em julgado da exceção de pré-executividade.

É o relatório.

Decido.

De prêmio, anoto que a exceção de pré-executividade (autos nº 566.01.2010.009148-9/01) já teve seu trânsito em julgado, não havendo qualquer óbice para a continuidade processual.

A impugnação ao cumprimento de sentença pressupõe a garantia do juízo, requisito esse ausente no presente caso.

Todavia, imprescindível para a continuidade do feito a análise da incidência dos benefícios da gratuidade.

Com efeito, realmente houve o diferimento das custas, consoante fl. 51.

No mesmo sentido, a decisão de fl. 261 dos embargos à execução, em apenso.

A sentença proferida na exceção de pré-executividade mencionou a incidência da lei nº 1060/50, o que aqui se corrige, de ofício, frente aos esclarecimentos acima.

Não vislumbro qualquer mácula na correção feita, havendo inclusive

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

pronunciamento do E. Tribunal de Justiça de São Paulo de que essa questão poderia ser resolvida em momento apropriado, quando de eventual aplicação da lei nº 1060/50 (vide fl. 145 da exceção de pré-executividade).

Dessa forma, resta evidente a existência da obrigação de pagamento dos honorários sucumbenciais, e da presente exigibilidade do recolhimento das custas processuais, haja vista que não houve a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita.

Frente à correção ora feita, se fez necessário adentrara ao mérito, porém a rejeição se impõe, como já informado, por não seguro o juízo.

Isto posto, **REJEITO** a impugnação.

Descabida a fixação de honorários, de acordo com a súmula 519, do C. Superior Tribunal de Justiça.

Prossiga-se na execução, requerendo a exequente o que de direito.

Sem prejuízo, determino que o executado/impugnante recolha as custas processuais.

P.R.I.

São Carlos, 23 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**